

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.599.347 - RS (2019/0302088-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : GERSON LUIZ GUTERRES RODRIGUES  
**ADVOGADOS** : CATIA SIMARA DA ROSA BITENCOURT - RS059814  
RODRIGO DA VEIGA LIMA - RS077503  
FABIANO COSTA DOS SANTOS - RS089631  
**AGRAVADO** : PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.  
**AGRAVADO** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADA** : SÔNIA MARIA MACIEL ANHAIA - RS007881

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por GERSON LUIZ GUTERRES RODRIGUES em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INVALIDEZ PERMANENTE POR ACIDENTE. AUSÊNCIA DE PROVAS DE QUE A DOENÇA QUE PADECE O AUTOR E QUE O DEIXOU INVÁLIDO PERMANENTEMENTE PARA O TRABALHO DECORREU DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE SE CONSIDERAR O CASO DO SEGURADO COMO ACIDENTE PESSOAL. INVALIDEZ POR DOENÇA QUE NÃO ESTÁ CONTEMPLADA COMO HIPÓTESE DE COBERTURA SECURITÁRIA NO CONTRATO FIRMADO PELAS PARTES. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO MANTIDA. À UNANIMIDADE, NEGARAM PROVIMENTO AO APELO." (fls. 325)*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados às fls. 344/352.

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação dos arts. 1.022, do Código de Processo Civil, 19 e 20, II, da Lei 8.213/1991, e 6º, III, 46 e 54, §4º, do Código de Defesa do Consumidor - CDC, e sustentando, em síntese: a) negativa de prestação jurisdicional, e b) o pagamento de indenização securitária haja vista a existência de provas suficientes que demonstram que foi acometido por doença ocupacional.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 440/453.

É o relatório.

Inicialmente, não se vislumbra a alegada violação ao art. 1022 do CPC/2015, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas. De fato, inexistente qualquer omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pelo recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Impende ressaltar que *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte"* (AgRg no Ag 56.745/SP, Relator o eminente Ministro CESAR ASFOR ROCHA, DJ de 12.12.1994).

Quanto aos demais artigos suscitados no apelo nobre, verifica-se que o Tribunal de origem, em verificação detida do caso concreto, entendeu que inexistiu acidente pessoal, e sim uma doença incapacitante, o qual não resta coberto pelo seguro vindicado, nos seguintes termos:

*"Por oportuno, importa esclarecer que se entende por acidente pessoal, aquela lesão ocasionada pelo exercício da atividade laborativa que resulte em incapacidade para o trabalho. Não é o caso do autor.*

*Ora, no presente, a prova pericial deixou claro "não ser possível atribuir o quadro apresentado pelo autor a algum acidente típico e súbito" e mais, esclarece que a "doença apresentada pelo autor apresenta pouca relação com a atividade laboral" (fls. 180/181).*

*Assim, evidenciado que o autor restou inválido, não em razão de acidente pessoal, mas, sim, em razão de doença, sequer incide a referida cláusula de exclusão de cobertura securitária que o autor alega desconhecer.*

*Assim, não apresentando o segurado a condição exigida pelo contrato de seguro a impor à seguradora o dever de indenizar, impositiva a manutenção da sentença de improcedência da ação." (fls. 332/333)*

Nesse contexto, tendo o acórdão recorrido reconhecido que o contrato de seguro excluía da cobertura o sinistro alegado pelo agravante, e que o laudo pericial expressamente consignou que o quadro clínico apresentado não caracterizava acidente, o exame da questão demanda revisão das cláusulas do contrato e reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta Corte, a teor das súmulas 5 e 7/STJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

A propósito:

*"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. INCAPACIDADE. ACIDENTE PESSOAL. AUSÊNCIA DE COBERTURA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. REEXAME DE PROVAS.*

*SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.*

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*

*2. O Superior Tribunal de Justiça não reconhece o prequestionamento pela simples oposição de embargos de declaração (Súmula nº 211).*

*Persistindo a omissão, é necessário interpor recurso especial por afronta ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.*

*3. A Segunda Seção desta Corte firmou entendimento no sentido de que, nos casos de ação de indenização em virtude de contrato de seguro de vida em grupo e acidentes pessoais, o conceito de acidente pessoal, por depender de interpretação de cláusulas contratuais, não pode ser aferido na instância especial devido à incidência das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.*

*4. Nos termos dos artigos 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, inviável o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional quando não demonstrada, como no caso em apreço, a similitude fática entre as hipóteses confrontadas, inviabilizando a análise da divergência de interpretação da lei federal invocada.*

*5. Agravo interno não provido."*

*(AgInt nos EDcl no AREsp 1463889/SP, Rel. **Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/10/2019, DJe 07/11/2019)*

*"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS. PESSOA ACOMETIDA POR PATOLOGIA INSERIDA NO GRUPO INTITULADO LESÕES DE ESFORÇOS REPETITIVOS/DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO (TENDINOPATIA DO SUPRAESPINHAL E FINA BURSITE SUBACROMIAL LER/DORT). INEXISTÊNCIA DE COBERTURA NA APÓLICE. REEXAME. INVIABILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.*

**AGRAVO NÃO PROVIDO.**

*1. Não prospera a alegada negativa da prestação jurisdicional, tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte. 2. As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório, concluíram pela improcedência do pedido de cobertura securitária para sequela incapacitante decorrente de mínima tendinopatia do supraespinhal e fina bursite subacromial, porquanto o quadro seria incompatível com a cobertura para invalidez funcional permanente total por doença, prevista na apólice.*

*3. A análise do contrato de seguro de vida ou acidentes pessoais a fim de verificar a cobertura de invalidez parcial ou de traumas específicos, bem como caracterizar os microtraumas como acidente pessoal, encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento."*

*(AgInt nos EDcl no AREsp 894.884/SP, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 30/05/2019)*

E no tocante à alínea "c" do permissivo constitucional, o dissídio jurisprudencial invocado fica necessariamente prejudicado em razão da aplicação do enunciado da Súmula 7/STJ na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 15% para 16% do valor da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**Ministro RAUL ARAÚJO**  
Relator